

Bibliotecas rurais para inclusão social no Brasil

Cleide Cristina Soares

Bibliotecária, especialista em gestão cultural pelo Programa de Pós-Graduação do Senac e em ciência da informação pela Universidade de Brasília. Coordenadora-geral de Ação Cultural do Ministério do Desenvolvimento Agrário e técnica da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

E-mail: cleidecs.soares@uol.com.br

Maria Elizabeth Ribeiro Carneiro

Historiadora, mestre e doutora em História pela Universidade de Brasília, professora do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia/MG. Foi consultora do Ministério do Desenvolvimento Agrário no período de 2003 a 2007.

E-mail: mariaeribeiro@gmail.com

Resumo

O artigo descreve os aspectos metodológicos do Programa de Bibliotecas Rurais Arca das Letras, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, que tem como objetivos implantar bibliotecas, formar agentes de leitura e promover a inclusão social por meio do incentivo à leitura e do acesso ao livro no campo, e também apresenta as etapas do processo de participação comunitária no planejamento e gestão das bibliotecas.

Palavras-chave

Biblioteca comunitária. Biblioteca rural. Comunidade rural.

Rural libraries for social inclusion in Brazil

Abstract

This article describes the methodological aspects of Programa de Bibliotecas Rurais Arca das Letras developed by Ministério do Desenvolvimento Agrário aiming to establish libraries and improve reading and promote social inclusion by encouraging reading and access to books in the countryside communities, and also presents stages of the process of community participation in planning and managing their own libraries.

Keywords

Community library. Rural library. Agricultural community.

O BRASIL RURAL

Quando se fala em meio rural brasileiro, é preciso pensar em um contingente populacional de mais de 31 milhões de habitantes, que representa 16,7% da população brasileira, conforme dados da PNAD/IBGE¹ de 2006. Essa população vive mais ou menos distante de cidades, em cerca de 80 mil comunidades. São moradores de áreas do campo que têm ar puro, terra para plantio e geralmente usufruem do próprio trabalho na natureza. Desfrutam de alimentos frescos, leguminosas, grãos, da criação de animais ou da extração e, entretanto, ainda têm dificuldades de acesso à grande parte dos bens industrializados de consumo e também aos centros de produção e distribuição da informação, entre outros itens que enriquecem, facilitam e também complicam a vida nas urbes modernas.

Segundo a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf), a agricultura familiar fornece 70% dos alimentos que chegam às mesas dos brasileiros, ficando a produção agrícola de grande escala mais voltada para a exportação de alimentos.

As comunidades rurais também movimentam um turismo que de eventual vem se tornando mais frequente, impulsionado pelas melhores condições das estradas, que atraem pessoas que buscam a vida no campo, com mais natureza, sossego e alimentos frescos. Esse fenômeno é bem freqüente em países da Europa e já ocorre no Brasil.

As recentes campanhas em prol da redução de poluentes também atraem investimentos no campo para garantir uma vida mais saudável, com mais respeito ao meio ambiente, usufruindo de seus mecanismos de aproveitamento dos recursos naturais, como a bioenergia, aproveitamento da água e dos alimentos. Volta o interesse pela vida bucólica.

O país possui, hoje, 5.564 municípios e, deste total, mais de 4.500 têm características essencialmente rurais, conforme critérios de definição da União Europeia, que considera essencialmente rural a região com mais de 50% da população residente em localidades rurais (até 150 habitantes/km²).

A expressão **comunidades rurais** pode ser usada para os povoados e núcleos rurais, para as localidades de residência e trabalho de agricultores familiares, os aglomerados rurais dos parcelamentos de terras, os assentamentos da reforma agrária, as comunidades de remanescentes de quilombos, as indígenas, ribeirinhas e os agrupamentos de famílias trabalhadoras e residentes em grandes propriedades agrícolas. As comunidades rurais têm entre 10 e 150 famílias e muitas se encontram em localidades de difícil acesso.

Podemos analisar um Brasil rural muito mais amplo ao agregar os pequenos povoados localizados no perímetro definido como urbano por leis municipais, mas que estão distantes de quaisquer equipamentos comumente encontrados em áreas urbanas. Existem ainda os pequenos municípios, onde os espaços rurais e urbanos apresentam poucas diferenças, que são mais relacionadas à produção de bens que dinamizam a economia local, tendo nas cidades a produção de parte dos bens de consumo, o comércio, o banco, a escola e alguns serviços básicos essenciais, enquanto no campo estão a produção de alimentos e também a cultura, a natureza e o sossego.

Os deslocamentos e a integração entre os espaços rurais e urbanos têm sido intensos, como observa José Eli da Veiga (2005): “a cidade e o campo se casaram, e enquanto ela cuida de lazer e trabalho, ele oferece liberdade e beleza”, concepção na qual podemos relacionar o fluxo trabalho/residência/turismo que ocorre entre o rural e o urbano.

A partir do final da década de 90, o Brasil rural vem se fortalecendo em consequência das políticas de acesso à terra, da ampliação dos projetos de créditos governamentais para a agricultura familiar e, principalmente, em razão da organização dos

¹ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

trabalhadores rurais, estimulada pelos movimentos sociais e sindicais que intensificaram as ações de retomada ou ocupação de terras e que traçam projetos e propostas de reforma agrária por melhores condições de vida para o campo, baseados em políticas de desenvolvimento rural sustentável.

Mas as conquistas não são definitivas, gerais ou homogêneas. Não por acaso, nos municípios com maior concentração de população rural encontram-se ainda os mais baixos índices de desenvolvimento humano, as maiores taxas de analfabetismo, a maior incidência de práticas de exploração do trabalho infantil. Trata-se de conjuntos de problemas que são produtos e processos do modelo patronal de ocupação e produção agrícola que ainda predomina em certas regiões e engendra a situação de pobreza rural. São localidades onde a participação da população rural na administração municipal é quase inexistente, mesmo onde sua presença é maior que os pequenos aglomerados urbanos, nascidos a partir dos trabalhos agrícolas.

Na contramão dessa velha história, uma política agrária diferente vem sendo estruturada para o meio rural. São visíveis os avanços de uma série de iniciativas que reúnem esforços, tanto do governo quanto da sociedade civil organizada, com o intuito de desenvolver projetos, serviços e atividades que favoreçam a permanência dos moradores rurais em suas comunidades. Nessa direção, investe-se em outra lógica, já defendida por Abramovay (2000), na qual “o tecido social do meio rural mantém-se vivo e sua trama é enriquecida pelo desenvolvimento de novas atividades”, necessárias para atender às demandas de seus habitantes que desejam permanecer no campo, mas com melhores condições de vida e com cidadania. Os resultados, por sua vez, já sinalizam para o aperfeiçoamento das ações, ampliando-se as alternativas que possam contribuir para o desenvolvimento humano no campo.

A BIBLIOTECA NO BRASIL RURAL

No cenário que se apresenta na contemporaneidade, portanto, é que a biblioteca surge no rol de atividades e serviços necessários, recentemente incluídos na pauta de reivindicações dos movimentos sociais e sindicais para o campo, como componente importante do processo de desenvolvimento educacional, cultural e do trabalho.

Os números relacionados à leitura no Brasil não são animadores e, embora existam vários projetos de incentivo à leitura em andamento e outros que sobrevivem e se amplificam há muitos anos, frequentemente não alcançam as comunidades rurais. Ainda assim, em relação a essas experiências, quando os dados de pesquisas são tabulados, considerando-se a população total, elas apresentam sempre resultados muito baixos, porque o meio rural normalmente não é alvo de projetos de bibliotecas ou de distribuição do livro e, também, essas populações não costumam fazer parte do universo das pesquisas relacionadas ao tema, mesmo sendo significativo o número de seus habitantes.

A pesquisa “Retratos da Leitura no Brasil”, do Instituto Pró-Livro, de 2008, apontou aumento nos índices de leitura do brasileiro, já que subiu de 1,7 para 4,7 o número de livros lidos por pessoa ao ano. Os números foram corroborados também por pesquisa da Unesco (2009), em levantamento realizado em 52 países. Nela, o Brasil figura em 47º lugar, com a relação de 4 livros lidos por habitante por ano, que exprime um dos índices mais baixos em leitura e compreensão de textos. As pesquisas revelaram que tal situação se relaciona diretamente ao alto preço dos livros e à falta de políticas de incentivo à leitura.

A proposta do Plano Nacional do Livro e Leitura, coordenado pelo Ministério da Educação e Ministério da Cultura, para enfrentar tal situação é zerar o número de municípios sem bibliotecas; porém o grande desafio é fazer com que essas bibliotecas encontrem os não leitores, aqueles que

estão excluídos das possibilidades de acesso ao livro, estejam eles no campo ou na cidade.

Os estudos de Fábio Sá Earp e de George Komis, que resultaram no livro *A economia da cadeia produtiva do livro*, editado pelo BNDES em 2005, revelaram que a biblioteca no Brasil “é o segmento mais atrasado na cadeia do livro no Brasil” e que “as bibliotecas não são poucas, mas são pobres, isoladas e mal administradas, sendo em sua maioria incapazes de atender a demanda do público leitor”. Os autores demonstram que a falta de investimentos em atualização e manutenção dos acervos é um problema recorrente no país.

Esse quadro, que sugere ainda uma realidade extremamente negativa para a leitura, exige que se criem alternativas e se promovam mudanças. Evidencia, portanto, a necessidade de investir em experiências e ampliar perspectivas na área da educação, da biblioteca e da leitura, sem deixar de pensar em políticas e estruturar ações voltadas para o meio rural, especialmente para as comunidades de agricultura familiar. Algumas dessas comunidades não aparecem nas pesquisas ou estatísticas oficiais, nem são recenseadas pelo IBGE. Os dados sobre elas muitas vezes ficam circunscritos aos sindicatos de trabalhadores rurais, às secretarias municipais de Agricultura e de Educação ou ao Incra², quando são referentes aos projetos de assentamento (PA), deixando essas populações às margens das políticas públicas, ou na esfera de invisibilidade política e social.

Uma dessas alternativas, em seus resultados promissores que contribuem para a mudança, tem mostrado que há maneiras de acionar segmentos diversos e dispersos nessa direção. Trata-se de um esforço que reúne ampla rede de parcerias não ligadas diretamente à área do livro e da leitura para incluir bibliotecas em casas, nas associações de moradores ou em qualquer outro espaço disponibilizado pelas comunidades rurais. O Programa Arca das Letras, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, que articula e integra outros órgãos

dos governos federal, estaduais e municipais, organizações não-governamentais e movimentos sociais e sindicais na execução de uma política de bibliotecas, é uma experiência que vem alterando a paisagem do meio rural brasileiro desde o seu lançamento, em 2003.

Uma militância alternativa pela leitura, portanto, consolida-se no meio rural e se multiplica com a participação de jovens, crianças, idosos, pessoas mais ou menos letradas, acadêmicos, engenheiros, técnicos agrícolas, sindicalistas, estudantes, educadores, entre outros simpatizantes da causa, que incentivam o uso do livro e desenvolvem atividades de leitura, incluindo a biblioteca no cotidiano dos moradores do meio rural.

METODOLOGIA PARA BIBLIOTECAS RURAIS: UMA CONSTRUÇÃO COLETIVA

O Programa de Bibliotecas Rurais Arca das Letras foi criado em 2003, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário, com o objetivo de facilitar o acesso aos livros e incentivar a leitura no meio rural brasileiro, por meio da instalação de bibliotecas e da formação de agentes de leitura.

A estruturação do programa ocorreu após a implantação de bibliotecas como experiências pilotos em cinco comunidades rurais de duas regiões bem distintas do país: a região Nordeste e a região Sul, que possuem amplas divergências econômicas, educacionais e culturais. A intenção era rastrear diferenças e singularidades da vida no meio rural, para construir coletivamente um projeto de bibliotecas que com base em um só *modus operandi* pudesse responder às expectativas plurais das comunidades e de suas especificidades regionais.

Os projetos pilotos foram iniciados, portanto, a partir da seleção de comunidades de três tipos: assentamento da reforma agrária, comunidade de agricultura familiar tradicional e comunidade de remanescentes de quilombos. Foram realizadas reuniões *in loco* para a apresentação da proposta inicial de bibliotecas, seu formato, possibilidades

² Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

de composição do acervo, algumas técnicas de organização dos livros e o controle de empréstimos. As reuniões comunitárias contaram sempre com a presença de crianças, jovens, adultos, estudantes, professores e pessoas que trabalham e moram nas comunidades. As reuniões abertas contribuíram para que se pudesse forjar uma prática de consulta às populações comunitárias e um modelo de formulário de consulta, que passou a ser utilizado em contatos prévios com as novas comunidades a serem incorporadas pelo programa.

A experiência mostrou ser essa uma etapa anterior, necessária e imprescindível para o bom funcionamento da biblioteca, ou seja, fundamento metodológico de todo o processo, já que, a partir desse contato, além da escolha dos agentes de leitura, tornava-se possível realizar uma sondagem dos interesses bibliográficos e das singularidades culturais do conjunto que forma o tecido social das comunidades rurais, envolvendo aqueles que se tornariam futuros usuários das bibliotecas.

As primeiras bibliotecas foram implantadas com 320 livros cada, com títulos selecionados a partir das sugestões dos moradores e em conformidade com as necessidades relacionadas à produção, cultura, economia e outros aspectos locais. Foram instaladas em casas de moradores, em armazéns e em sedes de associações das comunidades. Moradores indicados pelas comunidades foram treinados para o trabalho de empréstimo dos livros e para estimular o uso da biblioteca.

O projeto piloto foi testado durante quatro meses pelas comunidades, e a equipe de coordenação fez a avaliação do desempenho das bibliotecas em cada local, visitando e reunindo-se novamente com os agentes de leitura e usuários das bibliotecas. Aspectos de relevância para a metodologia foram observados, tais como: a pertinência dos títulos disponíveis no acervo, a funcionalidade da caixa estante, a compreensão dos agentes de leitura da importância do controle de empréstimo, a localização da biblioteca, a classificação dos livros etc.

Todo o processo dessas experiências foi fundamental para delinear uma metodologia que vem se aperfeiçoando em cada biblioteca implantada desde então. Alguns princípios são norteadores de toda a prática de implantação das bibliotecas rurais, tais como: a necessidade de participação efetiva das comunidades no planejamento, desenvolvimento e gestão da biblioteca, iniciando sempre com as reuniões de consulta que definem o local de funcionamento da biblioteca, as áreas do conhecimento de interesse dos moradores para a formação do acervo e os cidadãos que são capacitados como agentes de leitura e ficarão responsáveis pelas atividades da biblioteca; a utilização da caixa estante específica é mais funcional para abrigar os acervos e os materiais de trabalho da biblioteca, considerando a dificuldade de espaços nas comunidades; a classificação dos livros em cores, de acordo com gênero bibliográfico e áreas do conhecimento; a formação de agentes de leitura, voluntários das próprias comunidades; e a gestão comunitária das bibliotecas.

O Programa de Bibliotecas Rurais Arca das Letras foi lançado oficialmente em dezembro de 2003, com a entrega de mais 50 bibliotecas para comunidades rurais do Nordeste, tendo sido ampliado inicialmente nas comunidades adjacentes, na mesma região dos projetos pilotos.

As parcerias se desdobraram e o programa hoje alcança todas as regiões do país, tendo chegado às 26 Unidades da Federação e ao Distrito Federal, preservando o conceito e os princípios metodológicos que garantem a implantação de cada biblioteca e a formação de agentes de leitura, guardadas as especificidades do público usuário dos assentamentos, das comunidades de agricultura familiar e de remanescentes de quilombos, indígenas e ribeirinhas, das colônias de pescadores e também das Escolas Famílias Agrícolas, das Casas Familiares Rurais e dos telecentros que atendem ao público rural.

Articulada no Ministério do Desenvolvimento Agrário, que é o órgão responsável pela política da agricultura familiar, a ação demonstra que o acesso aos livros e as atividades de incentivo à leitura em comunidades rurais configuram, hoje, não apenas a materialidade de uma política de leitura de ampla abrangência. Trata-se, particularmente, de uma resposta à necessidade de inclusão de populações específicas desse país de dimensões continentais, por meio de um programa de bibliotecas também específico, que só poderá funcionar se alinhado aos desejos e interesses dos sujeitos comunitários, os principais interessados; programa que deve também estar aliado a outros setores envolventes, em uma relação de reciprocidade, e atrelado às demais políticas públicas de saúde, educação, cultura e cidadania, contribuindo, assim, para a inclusão efetiva dos moradores do campo e para a redução da histórica disparidade social entre o campo e a cidade.

O Programa Arca das Letras implantou, em apenas 6 anos, 7.049 bibliotecas³ e formou quase 15 mil agentes de leitura, voluntários que emprestam os livros e incentivam a leitura em mais de 1.900 municípios, atuando especificamente em suas comunidades. Os resultados também se expressam na circulação de mais de 2 milhões de livros nas casas de 800 mil famílias do meio rural brasileiro.

As bibliotecas estão em 35% dos municípios do país. Em alguns, sua presença é mais consistente, com o atendimento a todas as comunidades, e produz um impacto substantivo que se manifesta na melhoria do desempenho escolar dos estudantes e na formulação de novos projetos de desenvolvimento em diversas áreas, que assumem formas concretas e auspiciosas.

Em outras regiões, a composição de forças sociais e parceiras levaram à implantação das bibliotecas de forma mais dispersa, com presenças mais pontuais, ainda assim com significativo impacto nas ações comunitárias.

Atualmente o programa conta com comissões de agentes de leitura em todo o país, formadas em encontros nos territórios rurais, instâncias que funcionam como estratégias para melhorar o acompanhamento das bibliotecas e integrar os responsáveis pela leitura em âmbito territorial.

As comissões de agentes de leitura têm servido para fortalecer a capacidade de desenvolvimento, a sustentabilidade e a autonomia de gestão das bibliotecas rurais nas comunidades, agregando aos novos equipamentos culturais os fatores considerados indispensáveis para a promoção do desenvolvimento humano nas áreas rurais, contribuindo, portanto, também para a redução dos índices de exclusão, pobreza e vulnerabilidade das populações do campo no país.

PLANTANDO BIBLIOTECAS

A entrega das bibliotecas é feita sempre em eventos solenes, que reúnem os parceiros das comunidades – membros dos governos federal, estadual e municipal e parcerias locais-, como mais uma tática para ampliar e aprofundar o apoio às comunidades rurais em suas ações cotidianas.

As comunidades recebem suas bibliotecas após o envio de formulários das reuniões de consulta à comunidade pelos parceiros à coordenação nacional do Programa Arca das Letras. Assim, a sede obtém as informações necessárias para a formação dos acervos, para a identificação dos moradores que serão capacitados como agentes de leitura e para a definição do local de funcionamento das bibliotecas.

As bibliotecas são instaladas em locais de fácil acesso, escolhidos pelas comunidades, não podendo ser indicadas escolas, pois os moradores devem ter acesso aos livros em horários distintos do período escolar e, além disso, as bibliotecas deverão atender a todo o público rural, não só aos estudantes.

³ Dados de dezembro de 2009.

A implantação de bibliotecas é feita em lotes regionais cujo planejamento obedece, preferencialmente, a áreas de um mesmo território, visando a facilitar a logística e racionalizar esforços de transporte de acervos, da equipe de trabalho e das caixas-estantes.

As bibliotecas Arca das Letras iniciam com pouco mais de 200 livros e gibis, cuidadosamente organizados com processos técnicos para o controle e localização dos temas de interesse dos usuários. Imediatamente os acervos são ampliados com doações dos moradores e parceiros das comunidades. Já é muito frequente encontrar bibliotecas rurais cujos acervos chegam a mais de 2.000 livros, o que demonstra que as comunidades compreenderam e incorporaram o procedimento de gestão autônoma e coletiva ensinado nos eventos de capacitação de agentes e recomendado de forma reiterada como princípio fundamental para o desenvolvimento de suas bibliotecas.

Os relatos dos agentes de leitura reforçam e validam a proposta de que é necessária a criação de bibliotecas no meio rural como equipamento comunitário indispensável para o desenvolvimento humano, econômico e cultural, assim como são as escolas, os postos de saúde, as associações comunitárias.

De fato, os moradores do campo reconhecem e não querem esconder, as bibliotecas implantadas vêm contribuindo para os processos locais de desenvolvimento, constituindo um espaço para troca de experiências e de conhecimento, de acesso à informação, de práticas de leitura individual e coletiva e de integração de gerações de crianças, jovens e adultos.

REDE DE PARCERIAS

O Programa Arca das Letras articulou ampla rede de parcerias que garante os recursos necessários para a implantação das bibliotecas, a mobilização das comunidades rurais e o acompanhamento do trabalho dos agentes de leitura.

As relações de parcerias se desenrolam constantemente, tanto para a conquista de condições locais/regionais/nacionais de implantação de novas bibliotecas, como para o acompanhamento das experiências em andamento, que inclui o repasse de complementos bibliográficos, a supervisão das bibliotecas e o apoio aos agentes de leitura.

Os componentes básicos de cada biblioteca são formados pelos seguintes itens: caixa-estante, livros, material de trabalho dos agentes de leitura e material de divulgação comunitária.

O Ministério da Justiça/Departamento Penitenciário Nacional garante a fabricação de grande parte das caixas-estantes em penitenciárias estaduais, com pagamento de bolsas de trabalho aos presos e a concessão do benefício de remissão da pena. Este aspecto agrega valor ao programa, na medida em que a mão de obra do trabalhador preso representa uma contribuição dele à política de leitura do governo para o meio rural e, reciprocamente, uma contribuição do programa na perspectiva de sua revalorização, ressocialização e formação profissional. Além das penitenciárias, outros projetos sociais de inclusão também contribuem na confecção e montagem das “arcas”, que já tiveram a participação de pessoas portadoras de necessidades especiais, de jovens em situação de risco social e de trabalhadores resgatados do trabalho escravo.

O Ministério da Educação e o da Cultura garantem cerca de 70% dos livros de literatura brasileira e estrangeira voltada para o público infantil e adulto. Os demais ministérios, como Saúde, Meio Ambiente e Agricultura também fazem doações regulares. Outra parcela significativa dos livros é obtida em campanhas de doação realizadas em escolas e bibliotecas, em eventos relacionados ao livro e à agricultura familiar, e em instituições que publicam sobre temas de interesse para o meio rural.

Os órgãos do Poder Legislativo fornecem exemplares da Constituição Brasileira e outros títulos de apoio ao exercício da cidadania. As editoras e os escritores também participam com doações eventuais de obras que são incorporadas aos acervos.

Outras esferas públicas e privadas em âmbito federal, estadual, municipal, organizações não-governamentais, movimentos sociais, sindicatos de trabalhadores rurais e representantes regionais de entidades parceiras dedicam-se à articulação de contatos, serviços e recursos locais que contribuem para a implantação de bibliotecas rurais, tais como a organização das demandas, o trabalho de contato com as comunidades/associações rurais, a aplicação dos formulários de consulta, a organização dos eventos de entrega de bibliotecas e a capacitação de agentes de leitura nos estados.

OS AGENTES DE LEITURA

Os agentes de leitura são moradores das comunidades rurais, escolhidos em reuniões de consulta, que ficam responsáveis pelas bibliotecas e recebem a capacitação em técnicas de organização de livros, manutenção da biblioteca, ampliação dos acervos, incentivo à leitura e controle de empréstimo.

A capacitação dos agentes de leitura é realizada em eventos coletivos organizados pelos parceiros locais ou estaduais das comunidades rurais, realizados em locais próximos das comunidades rurais, num município central, e reúnem outras comunidades de um mesmo território. Esta sistemática visa à redução de custos, integração dos agentes de leitura e para valorizar a figura do agente de leitura em sua comunidade e no município, imprimindo também relevância à ação de bibliotecas rurais.

Representantes das instituições parceiras das comunidades são capacitados nas mesmas oficinas dos agentes de leitura para posterior acompanhamento do funcionamento das bibliotecas.

A maioria dos agentes de leitura é formada por mulheres e jovens, que dedicam parte do seu tempo para o empréstimo dos livros e para a realização das atividades que promovem a leitura. Os agentes podem ser quaisquer pessoas da comunidade, bastando que tenham interesse pela biblioteca e disponham de um espaço na sua casa para abrigar a biblioteca ou possam dedicar parte do tempo

livre para o trabalho em outro local indicado na comunidade.

A rede de agentes de leitura já atua de forma dinâmica para o incentivo ao uso da biblioteca em suas comunidades. Pessoas sem escolarização também fazem parte dessa rede, incentivando os moradores para o uso dos livros e contando histórias que estimulam a integração dos leitores de diferentes gerações.

A GESTÃO COMUNITÁRIA

Para garantir o aprimoramento da metodologia do Programa Arca das Letras no que tange à gestão coletiva e autônoma das bibliotecas rurais e, em consequência, auferir avanços no sentido do aprimoramento dos acervos, da participação das comunidades e do incremento das práticas de incentivo à leitura, estão sendo formadas comissões de agentes de leitura para acompanhamento e dinamização das bibliotecas.

As comissões de agentes de leitura estimulam a gestão coletiva das bibliotecas em uma perspectiva territorial com o objetivo de fortalecer os processos comunitários voltados para o desenvolvimento das bibliotecas e incentivar os processos culturais singulares, ampliando-se, assim, as condições de acesso aos livros e de incentivo à formação de leitores entre as populações rurais. Trata-se de uma forma de contribuir para a inclusão dessas populações no mundo do livro e da leitura e, ainda, para a ampliação da atuação dos agentes de leitura das bibliotecas e dos mecanismos territoriais de participação social na gestão de políticas públicas de modo geral.

Acredita-se que o incentivo à leitura, a difusão da literatura e da informação, e o estímulo à organização coletiva e horizontal das bibliotecas são instrumentos preciosos que atuam na direção do desenvolvimento humano, pensado a partir do enfoque comunitário, territorial e democrático. São essas as condições necessárias para o fortalecimento não apenas das práticas da leitura, mas também

das práticas cotidianas de educação, trabalho e entretenimento que ampliam o exercício dos valores da cidadania.

COLHENDO FUTUROS

O Programa de Bibliotecas Rurais Arca das Letras representa, hoje, relevante política pública de promoção e circulação dos livros e de formação de leitores nas comunidades rurais do país. O programa pretende contribuir para o incremento dos indicadores de leitura, para a redução da evasão, do fracasso escolar, bem como das desigualdades que se colocam para as populações do meio urbano e rural, ampliando as condições de acesso à educação, trabalho e entretenimento de crianças, jovens e adultos, ao semear algumas das infinitas possibilidades de viagens e futuros que os livros proporcionam.

Arca das Letras é uma política afirmativa e inclusiva, materializada pela metodologia de implantação de bibliotecas rurais e veiculada por meio de uma rede de parcerias, que vem promovendo a leitura como pressuposto para o desenvolvimento das atividades de educação e de formação dos moradores do campo. As bibliotecas rurais garantem os livros e os agentes comunitários tornam a leitura prática de pesquisa, qualificação e lazer, sobretudo prática de acesso à informação, ampliando-se, em cada comunidade, as condições para o exercício da cidadania.

Essa iniciativa de estímulo à leitura e de promoção do acesso ao mundo do livro, tratada como elemento fundamental para a construção da cidadania e da democracia, representa uma ação concreta, construída todos os dias em que se multiplicam os números de bibliotecas rurais e de agentes de leitura, reproduzindo-se, portanto, cotidianamente, na ampliação das condições para a formação educacional, profissional e humana das populações do meio rural. Nesse sentido, o Programa de Bibliotecas Rurais Arca das Letras desenvolveu uma metodologia suficientemente rigorosa, que preserva a participação das comunidades e a formação de

agentes de leitura que conduzem os processos das bibliotecas comunitárias, e flexível o bastante para garantir, nos acervos, a diversidade de interesses e assuntos, e, na gestão coletiva, a autonomia da participação e das práticas culturais de cada população envolvida.

É essa relação sempre inaugural entre o Programa Arca das Letras e os agentes de leitura, representantes das comunidades rurais, que garante a participação e as escolhas comunitárias desde os primeiros contatos com elas estabelecidos, bem como a direção no sentido da construção de processos autônomos e da gestão coletiva das bibliotecas, que alimenta todos os desdobramentos efetivos na condução do programa, que tem procurado crescer horizontalmente, ao buscar atender às demandas locais, regionais, territoriais, nacionais e, também, verticalmente, aprimorando suas condições de desenvolvimento e sustentabilidade.

Trata-se de um programa que exprime as características de uma política pública sintonizada com os anseios, as necessidades diversas das populações rurais e os caminhos escolhidos pelas comunidades e organizações sociais em movimento, procurando estabelecer uma articulação entre os setores da educação, do trabalho e da cultura, entendendo-se, nessas dimensões, todas as práticas que possibilitam o desenvolvimento humano.

É uma iniciativa constantemente articulada, pensada, praticada, experimentada, aperfeiçoada pelo poder público juntamente com as comunidades rurais, entendendo-se nesse conceito não apenas o público-alvo e o objeto dessa política, mas, sobretudo, os sujeitos sociais que dela se apropriam e conduzem seus processos, buscando expressar o que querem, precisam ler, ou como devem desenvolver suas práticas culturais. Assim, elas são incentivadas a engendrar procedimentos próprios que possibilitem a transformação de suas realidades.

O Programa em execução no Ministério do Desenvolvimento Agrário vem garantindo o acesso à leitura e a possibilidade de se trabalhar essa

prática de uma maneira participativa e efetivamente democrática. Ao promover a consulta às populações rurais, a formação de agentes de leitura e a implantação de bibliotecas em comunidades, são construídas as condições de acesso ao livro e à leitura para os moradores e moradoras do campo. Trata-se de uma iniciativa que garante, portanto, um direito primordial: o do acesso ao conhecimento, assim como são o acesso aos programas de saúde, de educação e de redução da miséria, suprimindo uma lacuna na história das populações rurais.

Reduzir as desigualdades sociais, educacionais e de oportunidades entre o campo e a cidade é um desafio a ser estudado, discutido e deve servir de base para as políticas de reforma agrária, porque os moradores do campo gostam do seu lugar e querem permanecer com o seu modo de vida, sendo possível discutir os projetos comunitários e suas expectativas e, de forma coletiva, buscar as conquistas. Muitos são os anseios dessa gente, e a juventude rural vem assumindo a liderança na busca das tecnologias e alternativas que colocam as comunidades e sua produção à serviço da sociedade, buscando em troca a tecnologia, os bens de acesso à informação e à ascensão social e educacional para benefício de seus cidadãos, tendo no meio disso tudo uma biblioteca valorizada.

Como disse um agente de leitura do Sertão do Pajeú pernambuco, “a biblioteca é responsável, hoje, pela melhoria da produção no campo, com informações úteis que ajudam a aproveitar melhor o alimento, a organizar a comercialização”. Uma agente do sertão do Inhamuns-Crateús no Ceará observa que “a biblioteca é o lugar onde a comunidade se reúne e discute os problemas locais e os projetos possíveis para melhorar a situação, encontrando nos livros as informações e respostas para novos projetos”. Outro agente de leitura indígena do interior de Santa Catarina afirma que “a comunidade vem resgatando as histórias do seu povo para retomar os antigos hábitos culturais” e, assim, reproduzi-los e perpetuar as tradições de seus antepassados.

Agentes de comunidades ribeirinhas do Pará e do Amapá vêm alfabetizando os moradores com os livros selecionados especialmente para suas bibliotecas. Outros tantos agentes conquistam prêmios pelas iniciativas inovadoras para a adesão freqüente de leitores adultos. Outros por organizarem a gestão coletiva de suas bibliotecas, onde é possível oferecer o atendimento aos leitores e a conquista de novos leitores difíceis, por estratégias que valorizem o perfil de cada indivíduo.

São histórias peculiares, mas muito freqüentes nas mais de 7 mil bibliotecas implantadas, cada uma com o seu jeito, cada uma pensada e organizada para atender a cada público, pois, sabemos, cada um é único em seu jeito, em sua cultura, em seu sistema de vida. Os acervos e a capacitação devem respeitar e refletir a especificidade de cada comunidade.

A biblioteca no campo exerce o fascínio de promover o desenvolvimento, o resgate cultural, o aperfeiçoamento de técnicas produtivas e, ainda, oferecer o lazer, os estudos para ascensão educacional e a integração de gerações nas atividades coletivas para o incentivo à leitura. Isso tudo em mais de 7 mil localidades, número mais significativo de projetos de bibliotecas no país, que promove, de fato, a inclusão de brasileiros e brasileiras historicamente excluídos das políticas públicas agora na elaboração de seus projetos, numa atitude de descobertas das possibilidades autorais e de protagonistas das próprias mudanças.

Artigo submetido em 01/01/2010 e aceito em 26/01/2010.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. Desafios impostos pela volta do homem ao campo. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 2 de out. 2000. Disponível em: <<http://gipaf.cnptia.embrapa.br/publicacoes/artigos-e-trabalhos/gm7exodo.pdf>>. Acesso em: dez. 2009.
- ALBERTO, Luiz. As relações raciais no Brasil e as perspectivas para o próximo século. In: GUMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo; HUNTLEY, Lynn. *Tirando a máscara:* ensaios sobre o racismo no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- AMORIM, Galeno (Org.). *Retratos da leitura no Brasil*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2008.
- CARNEIRO, M. E. R. *Relatório final de consultoria*. [S.l.]: IICA/PNCF, 2007.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo demográfico, 2006*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: dez. 2009.
- SÁ EARP, Fabio; KORNIS, George. *A economia da cadeia produtiva do livro*. Rio de Janeiro: BNDES, 2005. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/ebook/ebook.pdf>. Acesso em: dez. 2009.
- SOARES, Cleide C. *Implantação de bibliotecas rurais: manual para agentes de leitura e multiplicadores do programa Arca das Letras*. Brasília: MDA, 2009.
- UNESCO. UNESCO: Brasil tem um dos piores índices de leitura. *Jornal da Band, TV Bandeirantes*, 14 out. 2009 (19h20). Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=WLiqqF14IU>>. Acesso em: dez. 2009.
- VEIGA, José Eli da. A relação rural/urbano no desenvolvimento regional. *Cadernos do CEAM*, Brasília, v. 17, fev. 2005. Disponível em: <http://www.zeeli.pro.br/Textos/outrotrabalhos/A_RELACAO_RURAL_URBANO_NO_DR_UNISC_2004.htm>. Acesso em: dez. 2009.